

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

CÍNTIA TOTH GONÇALVES

**PROGRAMAS DE MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL NO ENSINO
MÉDIO BRASILEIRO – IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

SÃO PAULO

2021

CÍNTIA TOTH GONÇALVES

**PROGRAMAS DE MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL NO ENSINO
MÉDIO BRASILEIRO - IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Artigo apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, como trabalho individual, requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas, sobre a orientação da Prof. Dra. Marta Ferreira Santos Farah.

Pareceristas:

Profa. Dra. Telma Nunes Gimenez

Prof. Dr. Mário Aquino Alves

SÃO PAULO

2021

Resumo

A mobilidade estudantil internacional no ensino básico tem conquistado maior espaço no cenário brasileiro. O presente artigo cumpre dois objetivos: 1) trazer um panorama sobre a mobilidade no ensino superior e básico no Brasil e, 2) apresentar e analisar seis programas de intercâmbio no ensino médio criados por governos estaduais do país, financiados com recursos públicos. A partir da análise de documentos oficiais digitais disponíveis em sites e da busca bibliográfica de estudos e pesquisas sobre os referidos programas, são mapeadas as suas principais características – escopo, modelo de funcionamento, abrangência e custo. A sistematização desses dados oferece, de modo original, a possibilidade de uma avaliação comparativa de políticas de mobilidade estudantil internacional e serve de insumo para futuras análises. Esses programas atendem estudantes de 14 a 17 anos cursando o 1º ou 2º ano do ensino médio de escolas da rede estadual pública de ensino, que escolhem ou a modalidade *high school* no exterior ou o curso intensivo de línguas. Seu objetivo é propiciar o aprendizado e aperfeiçoamento dos estudantes em línguas adicionais e o contato com a cultura de outros países falantes, em sua maioria, do inglês e do espanhol. Apesar de o número de vagas por ano variar consideravelmente entre os seis programas mapeados (de 7 a 1.000 vagas), a maior cobertura abarca apenas 1% do total de estudantes do ano e etapa de ensino atendida. Entre as problematizações levantadas neste artigo estão as questões de democratização do acesso aos programas e a necessidade de criar mecanismos que busquem equidade de acesso, bem como os objetivos delineados para esses programas e a possibilidade de seu alcance a curto, médio e longo prazo, além de aspectos de monitoramento e avaliação atuais.

Palavras chave: Mobilidade estudantil internacional, Programa de intercâmbio no ensino médio, Aprendizado de línguas, Intercâmbio cultural

Abstract

The international student mobility in basic education is gaining greater importance in the Brazilian scenario. The focus of this paper is two-fold: 1) provide an overview of the international student mobility in higher and basic education in Brazil and, 2) analyse the exchange programs in high school created by state governments in-country, financed with public funding. Through an analysis of official digital documents available in websites and a bibliography review of studies and research about these programs, the main features of the six international student mobility programs in high school are mapped – scope, working model, reach and cost. Systematising this knowledge in an original way opens the opportunity for a comparative assessment of these policies for student international mobility and provides insight for future analysis. These programs target students between 14 and 17 years of age enrolled in the 1st or 2nd year of high school within the state public school system, who choose between two different modalities abroad – the high school or the language intensive course. The programs' objective is to enable the learning and improvement of students' additional languages, as well as the contact with different cultures, mainly from English and Spanish speaking countries. Even though the number of places available among these six mapped programs can vary considerably – from 7 to 1.000 places, the program with the greater coverage reaches only 1% of the total number of students in the respective school year of the state school system. Among the questions raised in this article are the ones about democratizing the access to international student mobility programs and the need to develop mechanisms for a more equitable access, the outlined objectives and the feasibility of reaching them in the short, medium and long term, as well as to what extent these are currently being monitored and assessed.

Keywords: International student mobility, Exchange programme in high school, Learning languages, Cultural exchange

1. Introdução

A mobilidade estudantil internacional mais no ensino superior, mas também no ensino básico tem ganhado maior espaço no cenário brasileiro, principalmente na última década. Historicamente, o governo federal tem fomentado o intercâmbio acadêmico - mesmo que em menores números e majoritariamente na pós-graduação brasileira, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foi o Ciência sem Fronteiras (CsF), no entanto, que trouxe expressividade ao número de estudantes e pesquisadores brasileiros enviados ao Exterior. Entre 2011 e 2016, 106 mil bolsas de intercâmbio foram concedidas pelo CsF para 47 países (MANÇOS e COELHO, 2017), ajudando a popularizar o intercâmbio estudantil internacional no ensino superior no Brasil e fomentando o interesse na criação de programas de intercâmbio na educação básica financiados com recursos públicos. Entre 2010 e 2019, seis programas de intercâmbio voltados aos alunos do ensino médio da rede pública estadual foram criados, quatro em estados da região Nordeste, um do Sudeste e um do Sul do país. Todavia, há um reduzido número de estudos e pesquisas que sistematizam o conhecimento sobre esses programas, traçando um panorama sobre suas principais características - seu escopo, seu modelo de funcionamento, sua abrangência e custo, e que possam apoiar a compreensão, análise e avaliação dessas políticas educacionais voltadas ao intercâmbio na educação básica. Até então, programas de intercâmbio internacional eram uma realidade principalmente para jovens das camadas médias e, portanto, no âmbito privado.

O presente artigo tem, assim, como objetivo apresentar um panorama da mobilidade estudantil internacional no Brasil, contextualizando-a, inicialmente, como parte do processo de internacionalização do ensino superior e mostrando a crescente relevância que o intercâmbio acadêmico brasileiro vem adquirindo no cenário mundial. A partir desse cenário, evidencia-se um movimento voltado ao fomento da mobilidade estudantil na educação básica, muito focado no intercâmbio privado, mas que também vem adquirindo força nas redes estaduais públicas de ensino. São então apresentados e analisados os seis programas de intercâmbio financiados por governos estaduais brasileiros, sistematizando esse conhecimento e levantando algumas problematizações em uma avaliação comparativa dessas políticas de intercâmbio e que podem servir de insumo para outras futuras análises. Com isso, pode-se contribuir para o aprimoramento desses programas, além de debater, a partir de evidências, a importância ou não de seu contínuo financiamento público.

Para tanto, empreendeu-se uma análise documental a partir de documentos oficiais digitais das Secretarias de Educação e outros órgãos dos estados brasileiros - projetos de lei, editais, entre outros, e da busca em sites desses estados - sites das Secretarias de Educação, portais de transparência etc - e outros sites de notícias sobre os programas. Somado a isso, realizou-se uma busca bibliográfica de estudos e pesquisas sobre os referidos programas e que pudessem contribuir para o debate. Realizada em março de 2021, ela consistiu na procura das seguintes palavras chave nos portais da CAPES, Scielo e do Google Acadêmico: nome do programa, nome do programa associado a intercâmbio estudantes ou a mobilidade estudantil. Dentre as referências encontradas, foram selecionadas aquelas que traziam informações sobre as principais características dos programas, bem como sua análise e avaliação.

2. A internacionalização da Educação

As políticas de internacionalização da Educação em seus diferentes níveis configuram-se como estratégias para participação num mundo globalizado, no qual países os mais diversos buscam integrar-se social, cultural e economicamente. Com o aumento do fluxo e volume de trocas internacionais, países em desenvolvimento e desenvolvidos vêm essas estratégias como uma maneira de formar sua massa crítica e culta, inserindo as populações no mundo do trabalho, além de desenvolver a cidadania em um mundo cada vez mais interconectado e competitivo (CASTRO e CABRAL NETO, 2012).

Mais do que um fenômeno capaz de promover a justiça e a equidade social - visão defendida pela UNESCO, a partir da década de 1990, o interesse dos países pela internacionalização, essencialmente focada no ensino superior e na pesquisa é fortalecido pela inclusão da educação como um serviço internacional, ou seja, um bem passível de ser comercializado - visão da Organização Mundial do Comércio (OMC) (CASTRO e CABRAL NETO, 2012).

No ensino superior, o tema da internacionalização já vem sendo discutido há muito tempo e uma vasta literatura¹ aborda as diferentes definições possíveis para esse termo. A partir de Knight (2003, p.2, tradução minha), por exemplo, tem-se que:

A internacionalização nos níveis nacional, do setor e institucional é definida como o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global nos objetivos, nas funções e na entrega da educação pós-secundária².

Já Altbach e Knight (2007) ressaltam que além do sistema acadêmico e das instituições, até mesmo indivíduos podem empreender políticas e práticas voltadas à internacionalização, todos com o objetivo de fazer frente a um ambiente acadêmico cada vez mais global e com motivações que podem ir desde a obtenção de vantagens comerciais até a aquisição de línguas e o aprimoramento do currículo.

Ao fazer referência à internacionalização no ensino superior, é comum, no entanto, o uso de termos que abordam apenas um de seus aspectos, normalmente os associados ao currículo - estudos globais, educação multicultural etc - ou à mobilidade - estudo no exterior, mobilidade acadêmica etc (DE WIT, 2011). Com seu uso indiscriminado ao longo das últimas décadas, o conceito de internacionalização acabou por ter seu significado esvaziado, podendo hoje estar associado a qualquer coisa remotamente relacionada ao internacional, global e intercultural (KNIGHT, 2012).

Segundo Knight (2012), os dois pilares interdependentes a esse conceito são a internacionalização “em casa” - que refere-se à internacionalização do currículo, bem como do processo de ensino e aprendizagem, e a internacionalização “no exterior” - que refere-se à mobilidade para obtenção de diploma no exterior ou em seu país de origem e a transferência de conhecimento (KNIGHT, 2012; DE WIT, 2011). Enquanto a primeira vem adquirindo maior relevância nesse processo, a mobilidade acadêmica continua sendo vista como uma das principais, senão a principal estratégia para a internacionalização do ensino superior. A importância da mobilidade acadêmica fica evidente, por exemplo, quando se verifica o aumento expressivo do número de estudantes internacionais nessa etapa de ensino no mundo ao longo das últimas décadas e que será apresentado na próxima seção.

De acordo com De Wit e Altbach (2021), essa visão mercadológica, competitiva e elitista da internacionalização e o consequente domínio da mobilidade estudantil internacional como sua principal estratégia vêm, todavia, sendo questionada desde o início do século XXI em favor de

¹ Para um aprofundamento do tema, ver Knight (2003), Altbach e Knight (2007), De Wit *et al.* (2015), Knight e De Wit (2018) e De Wit e Altbach (2021).

² “Internationalization at the national, sector, and institutional levels is defined as the process of integrating an international, intercultural, or global dimension into the purpose, functions or delivery of postsecondary education”.

uma visão mais holística desse processo e para a qual a internacionalização em casa é mais representativa. Esse processo deve não só beneficiar uma elite, mas sim todos os envolvidos, inclusive a sociedade. A melhoria da qualidade deve, assim, estar no cerne da internacionalização, que deixa de ter um fim em si mesma e passa a ser vista como um meio para atingir esse objetivo comum (DE WIT e ALTBACH, 2021).

Nesse sentido, os autores sugerem como uma definição mais apropriada de internacionalização, a apresentada por De Wit et al (2015, p. 29)

O processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, função e entrega da educação pós-secundária, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e pesquisa para todos os estudantes e o quadro de funcionários e fazer uma contribuição significativa para a sociedade³.

2.1 A mobilidade estudantil como estratégia para a internacionalização no ensino superior

Entre 1975 e 2013, o número de estudantes internacionais no ensino superior passou de 0,8 para 4,1 milhões - um acréscimo de 19,5% (UNESCO, 2015). De acordo com dados da OCDE (2020), o número de estudantes estrangeiros e internacionais tem crescido entre os anos de 1998 e 2018, em média, 4,8% anualmente. Entre os países que mais recebem estudantes estrangeiros e internacionais estão os Estados Unidos - com participação de 18% no mercado global de educação, seguido da Austrália e do Reino Unido - cada um com 8% de participação e da Alemanha - com 6%. Já os que mais enviam estudantes nacionais para a mobilidade no exterior são a China e a Índia, que juntas contribuem com mais de 30% dos estudantes internacionais em mobilidade (OCDE, 2020).

O instituto de estatísticas da UNESCO (UIS.Stat) disponibiliza uma série de dados sobre a mobilidade estudantil no ensino superior no mundo, incluindo informações sobre o número de estudantes nacionais de diversos países em mobilidade no exterior, bem como de estudantes internacionais e estrangeiros em mobilidade recebidos nesses países. A partir desses dados, pode-se verificar o quão expressivo é esse fluxo de estudantes no mundo. A seguir, uma tabela com dados relativos aos países que mais recebem estudantes internacionais e estrangeiros no mundo, bem como aos que enviam estudantes nacionais ao exterior, além de dados de alguns países da América Latina para comparação.

Tabela 1. Fluxo global de estudantes do ensino superior no mundo (2018)

País	Número de estudantes nacionais em mobilidade no exterior	Taxa de mobilidade de saída⁴	Número de estudantes internacionais em mobilidade recebidos nesse país	Taxa de mobilidade de entrada⁵
-------------	---	--	---	--

³ “The intentional process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff and to make a meaningful contribution to society”.

⁴ A taxa de mobilidade de saída é o número total de estudantes no ensino superior do país estudando no exterior, expresso como percentual do total de matrículas no ensino superior desse país.

⁵ A taxa de mobilidade de entrada é o número total de estudantes internacionais ou estrangeiros no ensino superior estudando nesse país, expresso como percentual do total de matrículas no ensino superior desse país.

Estados Unidos	84.349	0,5	987.314	5,2
Austrália	13.319	0,8	444.514	26,5
Reino Unido	38.986	1,6	452.079	18,3
Alemanha	122.538	3,9	311.738	10
China	993.367	2,2	201.177	0,4
Índia	375.055	1,1	47.424	0,1
Brasil	67.183	0,8	21.181	0,2
México	34.196	0,8	7.223	0,2
Colômbia	46.631	1,9	5.249	0,2
Chile	16.728	1,3	5.682	0,5
Argentina	9.129	0,3	109.226	2,8

Fonte: UNESCO, 2018.

Em números absolutos, apesar de significativamente distante dos primeiros colocados, o Brasil lidera na América Latina em envio de estudantes nacionais para a mobilidade no exterior (67.183), seguido da Colômbia (46.631) e México (34.196). Por outro lado, o Brasil aparece em segundo na América Latina em número de estudantes internacionais em mobilidade no ensino superior recebidos no país (21.181 estudantes), mas muito atrás da Argentina, primeira colocada com 109.226 estudantes. De qualquer modo, para se ter um retrato mais preciso da expressividade da mobilidade estudantil nos países da América Latina, é preciso considerar ademais o quão representativo é esse número de estudantes nacionais estudando no exterior e de estudantes internacionais ou estrangeiros estudando no referido país, frente ao total de estudantes matriculados no ensino superior nesses países e que é expresso, respectivamente, pelo indicador taxa de mobilidade de saída e de entrada. O Brasil deixa, assim, de figurar como primeiro colocado na América Latina - a partir da taxa de mobilidade de saída - e passa a terceiro colocado (0,8) juntamente com o México. Colômbia (1,9) e Chile (1,3) passam a primeiro e segundo colocados, respectivamente. Mundialmente, os países que apresentam as maiores taxas de mobilidade de saída são a Alemanha (3,9), China (2,2), Reino Unido (1,6) e Índia (1,1). Em contrapartida, a baixa taxa de mobilidade de entrada no Brasil, bem como nos outros países latino americanos demonstra seu menor poder de atratividade, mas ainda assim com uma participação expressiva na internacionalização.

Há, assim, um dinamismo maior desses países no envio de estudantes nacionais para a mobilidade no exterior do que na vinda de estudantes internacionais e estrangeiros para o estudo e pesquisa em universidades brasileiras e latino americanas. Sob a perspectiva de mercado, esses países não colhem os dividendos econômicos desse processo – assim como o fazem os Estados Unidos, a Austrália, o Reino Unido e a Alemanha (CASTRO e CABRAL NETO, 2012), o que não significa que não colham outros dividendos como, por exemplo, os conhecimentos trazidos pelos estudantes que participaram da mobilidade.

A tabela a seguir ilustra, em uma série histórica (2014-2018), o total de estudantes nacionais no ensino superior em mobilidade no exterior nos principais países da América Latina, bem como na China e Índia.

Tabela 2. Total de estudantes nacionais no ensino superior em mobilidade internacional

País	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018

China	770.784	819.855	868.319	928.365	993.367
Índia	215.954	257.006	305.364	341.442	375.055
Brasil	45.270	50.808	52.513	58.876	67.183
México	28.962	30.659	33.815	34.903	34.196
Colômbia	33.753	35.108	36.477	44.449	46.631
Chile	13.303	13.616	13.994	15.981	16.728
Argentina	7.698	8.093	8.189	9.020	9.129

Fonte: UNESCO, 2021.

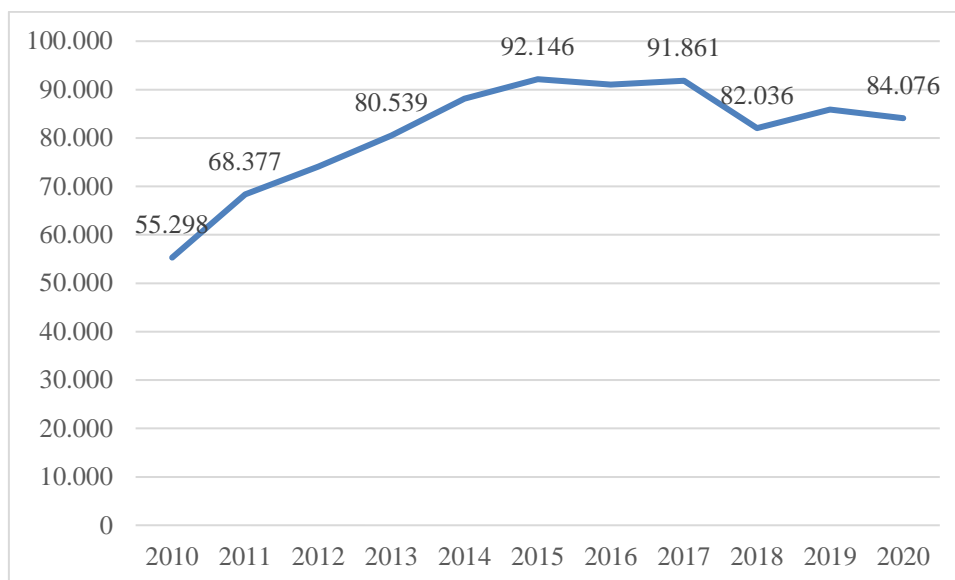
Entre 2014 e 2018, nos países da América Latina houve um crescimento médio no número de estudantes nacionais em mobilidade internacional entre 4% e 10%. Enquanto México e Argentina apresentaram um crescimento médio de 4% e Chile de 6%, o Brasil apresentou um crescimento de 10%, seguido da Colômbia com 9%.

Embora haja esse crescimento médio significativo no número de estudantes nacionais em mobilidade estudantil no exterior, é importante ressaltar que, no Brasil, o acesso a essa etapa de ensino ainda é restrito, pois apenas 32,7% dos jovens entre 18 e 24 anos cursam o ensino superior (BRASIL, 2018). Mesmo com os avanços empreendidos a partir da lei de cotas - lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012) e a busca pela democratização do acesso a esse ensino, a mobilidade estudantil internacional ainda é acessível apenas a uma pequena parcela dos jovens brasileiros das camadas médias e altas.

Os dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020 deixam clara essa desigualdade social no acesso e permanência na referida etapa de ensino. 47,4% dos jovens matriculados no ensino superior pertencem às classes A, B e C, que compõem 27,2% da população brasileira entre 18 e 24 anos. Em contrapartida, apenas 24,7% dos jovens no ensino superior pertencem à classe E, que representa 44,9% da população brasileira nessa faixa etária. (SEMESP, 2020).

Historicamente, a CAPES e o CNPq são as agências nacionais que concedem bolsas de estudo e pesquisa para brasileiros irem para o Exterior, no entanto, essas são destinadas majoritariamente à pós-graduação. Apenas em 2011, com a criação do programa CsF no governo da então presidente Dilma Rousseff, é que a mobilidade estudantil internacional se tornou mais acessível também aos alunos da graduação. A meta do programa era conceder, em cinco anos, 101.000 bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação em áreas consideradas estratégicas para a internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiras (SUJIMOTO, 2012). Entre 2012 e 2015, houve, dessa maneira, um aumento significativo no número de bolsas de estudo para a mobilidade no exterior, implementadas tanto pelo CNPq como pela CAPES (MANÇOS e COELHO, 2017). O gráfico a seguir torna evidente esse crescimento significativo no número de bolsas concedidas pela CAPES a partir da implementação do CsF, atingindo seu pico em 2015 com 92.146 bolsas e em 2016 com 91.037 bolsas.

Gráfico 1 - Evolução do número de bolsas concedidas pela CAPES para a mobilidade acadêmica (2010 – 2020)



Fonte: Associação Nacional de Pós-graduandos com base em dados CAPES (2020).

Apesar das fragilidades sistêmicas do CsF como a precariedade de seu planejamento, a falta de uma avaliação *ex-ante* e *ex-post*, entre outras, o programa foi até hoje a maior política brasileira de fomento à mobilidade acadêmica com vistas ao estudo e à pesquisa no exterior (GRANJA e CARNEIRO, 2021). O CsF ajudou a popularizar o intercâmbio estudantil internacional no Brasil e fomentou o interesse na criação de outros programas de mobilidade totalmente financiados por governos subnacionais, mas desta vez voltados para a educação básica.

2.2 A mobilidade estudantil internacional na educação básica

Anualmente, a Associação Brasileira de Operadoras de Viagens Educacionais e Culturais (BELTA) realiza duas pesquisas quantitativas e de escopo nacional, uma com gestores de rede de agências, de agências e de marcas de intercâmbio e outra com estudantes, que realizaram um intercâmbio bem como com os que têm interesse em realizar um intercâmbio. A partir dos dados coletados através de um questionário online aplicado para agentes de 534 pontos de venda e para 2.837 estudantes - como mencionado acima - a pesquisa Selo BELTA 2020 traz um panorama do mercado brasileiro de educação internacional em 2019, mostrando as principais tendências para o setor de intercâmbio (BELTA, 2020).

De acordo com as agências, em 2019, o setor movimentou US\$1,3 bilhões, apresentando um crescimento de 5,86% na busca por viagens de estudo no exterior quando comparado ao ano anterior. Entre os programas de intercâmbio mais vendidos pelas agências no referido ano estão, em primeiro colocado, o curso de idioma, seguido do curso de idioma com trabalho temporário, do intercâmbio no ensino médio chamado de *high school*, do curso de férias para jovens e em quinto colocado, o curso profissional. Interessante notar que ao contrário do curso de idioma e do curso de idioma com trabalho temporário que se mantiveram nos três últimos anos (2017-2019), respectivamente, em primeiro e segundo colocados em termos de vendas, a modalidade de intercâmbio *high school* saiu da quinta posição em 2017 e 2018 para a terceira posição em vendas em 2019.

Isso significa que essa modalidade de intercâmbio tem sido mais demandada por estudantes brasileiros e suas famílias. Nela, os estudantes passam um semestre letivo - quatro a seis meses - cursando o ensino médio em uma escola pública ou privada de um país estrangeiro, residindo na casa de uma família, cuja língua materna é a desse país. Assim, o estudante pode

não só aprimorar seu conhecimento na língua adicional⁶ a partir de uma imersão linguística, como também experimentar a vida em outro país, conhecendo sua cultura e seus costumes.

Entre os países mais procurados pelos brasileiros para o intercâmbio estão os anglófonos, mais precisamente, o Canadá, os Estados Unidos, a Irlanda e o Reino Unido e por conseguinte, a língua mais procurada para o estudo é o inglês, seguido do francês, espanhol e alemão (BELTA, 2020).

Como já exposto na seção anterior, o governo federal financiava intercâmbios predominantemente para estudantes de pós-graduação através da CAPES e do CNPq. Com a criação do CsF, intercâmbios para estudantes de graduação passam também a ser financiados. De qualquer forma, esses dois públicos pertencem ao ensino superior e não à educação básica como no caso de estudantes do ensino médio. Nesse sentido, apesar de a pesquisa da BELTA evidenciar o maior interesse e acesso ao intercâmbio no ensino médio no Brasil, considerando a faixa etária desses estudantes, aqueles que optam, planejam e possuem recursos para arcar com essa experiência internacional de escolarização são suas famílias, principalmente as de grupos sociais favorecidos. Essas famílias consideram esse investimento adicional na formação de seus filhos para além da realização pessoal, como um diferencial no currículo e que trará benefícios futuros para a continuidade dos estudos e para a carreira dos mesmos, fazendo frente a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo (NOGUEIRA; AGUIAR; RAMOS, 2018). Segundo Prado (2002), a busca pela mobilidade estudantil internacional no ensino médio é uma prática, de modo geral, das famílias das camadas médias da população brasileira muito mais que das elites. Os jovens entre 15 e 19 anos são geralmente alunos de escolas particulares que participam do intercâmbio no segundo ano do ensino médio e, como percurso após seu retorno, almejam o vestibular e o consequente acesso ao ensino superior.

Em uma revisão da literatura sociológica de estratégias educativas de internacionalização, Aguiar (2009) enfatiza que no Brasil, o interesse renovado de grupos em ascensão pela inserção no cenário internacional leva ao aprofundamento das já existentes fronteiras entre os que têm apenas acesso aos recursos nacionais e os que podem arcar com essa inserção internacional e portanto, usufruir dos benefícios dessa dimensão internacional na escolarização. Segundo Aguiar (2009, p.5):

O contato com estrangeiros ou com a cultura das nações desenvolvidas confere um signo de excelência, na medida em que proporciona ganhos sociais e simbólicos, expressos em disposições que distinguem seus portadores daqueles que permanecem confinados ao nacional.

O investimento necessário para realizar um intercâmbio é considerável e está, portanto, distante da realidade de uma grande parte das famílias brasileiras. De acordo com Gilberto Mingrone, diretor geral da CI Intercâmbio e Viagem, há programas de intercâmbio de seis meses no exterior a partir de R\$35 mil (CASTRO, 2019) - investimento de partida, mas que pode aumentar e muito dependendo do país e cidade escolhidos para o intercâmbio, além do tipo de escola - pública ou privada. Comparado ao valor do salário mínimo atual, esse investimento representa 32 vezes esse salário, que em 2021 foi reajustado para R\$1.100,00 (BRASIL, 2020).

Desde 2010, no entanto, percebe-se um movimento de governos estaduais brasileiros voltado à criação de programas de intercâmbio internacional para estudantes do ensino médio, principalmente na modalidade *high school* e com o intuito de fomentar o contato desses estudantes com línguas e culturas de outros países, sobretudo os de língua inglesa e espanhola.

⁶ No presente artigo não será utilizado o termo “língua estrangeira”, mas sim “língua adicional”, compreendendo que o conceito de “língua adicional” é mais abrangente e adequado por considerar que o estudante já possui pelo menos uma língua e que esse novo idioma se dá por acréscimo. O termo “língua estrangeira”, por outro lado, foca na distância geográfica entre a outra língua e a língua materna do estudante, trazendo em seu cerne a dicotomia nativo x estrangeiro (IRALA e LEFFA, 2014).

O interesse pela capacitação de jovens da educação básica no exterior, mais precisamente nas redes estaduais de ensino público brasileiro, torna-se, assim, evidente a partir do número de programas de intercâmbio criados entre 2010 e 2019 - atualmente seis - e financiados com recursos públicos.

Apesar disso, existem pouquíssimos estudos e pesquisas que sistematizam o conhecimento sobre esses programas, bem como que analisem seus desafios e aprendizados com o objetivo de fomentar o aprimoramento desses programas de intercâmbio, contribuindo para a avaliação de sua relevância como política educacional.

2.3. Programas de mobilidade para estudantes de ensino médio da rede pública

No levantamento de programas de intercâmbio no ensino médio para estudantes da rede pública financiados por governos estaduais brasileiros foram mapeados seis - entre ainda ativos ou a serem iniciados assim que a pandemia da COVID-19 permitir.

No momento, os que estão ativos são o Intercâmbio SEDU, do Espírito Santo, o Ganhe o Mundo Pernambuco (PGM), de Pernambuco, o IEMA no Mundo como integrante do Cidadão do Mundo, do Maranhão e o Gira Mundo Estudante, da Paraíba, enquanto os que devem ainda ser iniciados são o Estudar Fora, do Ceará e o Ganhando o Mundo, do Paraná. Interessante notar que a maior parte desses programas está no Nordeste do país - há três ativos e um a ser iniciado, enquanto há apenas um na região Sudeste - ativo e outro na região Sul - a ser iniciado.

Em uma busca bibliográfica de estudos e pesquisas sobre os referidos programas de intercâmbio, foram encontradas apenas uma tese de mestrado sobre o programa Gira Mundo Estudante, cuja temática é a avaliação do desenho e da implementação dessa mobilidade internacional (RIBEIRO, 2019) e uma outra tese sobre o PGM, cujo objetivo é sistematizar o conhecimento sobre o programa, levantando seus desafios e propondo recomendações para a sua melhoria nas etapas de implementação (GONÇALVES e FERNANDEZ, 2020). Além desses trabalhos, há também um artigo que avalia a teoria do PGM com vistas a verificar seu desenho, identificando como seus componentes estão relacionados entre si e com os objetivos propostos para o programa (CAVALCANTI, 2017).

Apresenta-se a seguir as principais características de cada um dos programas de intercâmbio levantados no presente artigo.

2.3.1 Intercâmbio SEDU

O primeiro programa de intercâmbio totalmente financiado por um governo estadual e que continua em vigor é o Intercâmbio SEDU do estado do Espírito Santo, na região Sudeste do país. Apesar de o decreto que regulamenta a realização do intercâmbio educativo e que dispõe sobre o processo seletivo dos alunos datar de setembro de 2011, o primeiro edital do programa de intercâmbio linguístico e cultural é de 2010 (ESPÍRITO SANTO, 2011; ESPÍRITO SANTO, 2010a). Inicialmente foram ofertadas 20 bolsas de estudo para estudantes de ensino médio entre 15 e 17 anos para quatro países onde se fala a língua inglesa - Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e África do Sul. Essa oportunidade, no entanto, esteve e está até hoje aberta somente a estudantes dos Centros Estaduais de Idiomas (CEIs), onde são ofertadas aulas de línguas adicionais no contraturno escolar desde 2009 (ESPÍRITO SANTO, 2021). Inicialmente, poderiam se candidatar a vagas para o aprendizado exclusivamente da língua inglesa nos CEIs, por volta de 4.500 estudantes do 1º e 2º anos do ensino médio em quatro escolas estaduais nas cidades de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica (ESPÍRITO SANTO, 2010b). Para a oferta das aulas de idiomas nos CEIs, o governo do Espírito Santo abre licitações e contrata uma empresa que fica responsável pelo material, contratação de professores e a se encarrega das aulas nas próprias escolas da rede de ensino estadual.

O último edital para seleção de alunos para os cursos de idiomas, bem como para o intercâmbio, traz as informações mais atuais acerca desses dois componentes. Segundo este edital, foram oferecidas 3.530 vagas para os cursos de inglês e 160 para os cursos de espanhol nos CEIs em oito municípios do estado (ESPÍRITO SANTO, 2018). Percebe-se, portanto, uma ampliação considerável no número de municípios atendidos pelo programa - o dobro de municípios em comparação a 2009. Por sua vez, no último edital para a seleção de estudantes ao intercâmbio, são oferecidas 150 bolsas de estudo, das quais 25 são concedidas para a modalidade *high school*, 115 para a modalidade curso intensivo de inglês e 10 para curso intensivo de espanhol. Na modalidade *high school*, o estudante passa um semestre acadêmico estudando em uma escola pública no Canadá e vivendo em casa de família, enquanto na modalidade curso intensivo de inglês e espanhol, são três meses de estudos aprofundados na língua inglesa ou espanhola e imersão cultural na Inglaterra, Canadá ou Estados Unidos - países de língua inglesa e no Chile - país de língua espanhola, sendo que os estudantes também residem nesse período em casa de uma família local (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Em 2019, o número de estudantes no 1º ano do ensino médio da rede pública estadual do Espírito Santo era de 39.866 alunos (QEDU, s/d.a). Sendo assim, depreende-se que o curso de idiomas esteve aberto a 8,4% do universo de estudantes da rede nesse ano e etapa de ensino, enquanto o programa de intercâmbio esteve acessível a apenas 0,37% dos alunos.

Entre os documentos disponíveis sobre o Intercâmbio SEDU, buscou-se identificar a menção aos objetivos de fomento ao intercâmbio, para compreender como o governo do Espírito Santo espera que este contribua para a formação dos estudantes. No edital de 17 de junho de 2019 para a seleção dos alunos ao intercâmbio, o item finalidade traz como objetivo da mobilidade (ESPÍRITO SANTO, 2019):

O programa de intercâmbio estudantil, previsto para 2019, visa ao aperfeiçoamento do estudante nas competências comunicativas em inglês ou espanhol, bem como ao desenvolvimento da capacidade de expressar-se com proficiência, em diferentes situações de comunicação, promovendo o desenvolvimento sócio educacional dos estudantes em país estrangeiro.

2.3.2 Ganhe o Mundo Pernambuco (PGM)

Quase um ano após o primeiro edital do Intercâmbio SEDU e na mesma época da criação do programa de intercâmbio acadêmico CsF pelo governo federal, foi instituído como projeto de lei número 14.512 de dezembro de 2011, o programa estadual PGM, no Estado de Pernambuco, na região Nordeste do país.

A ambição do então governador, Eduardo Henrique Accioly Campos era enviar anualmente 1.000 estudantes do 2º ano do ensino médio para um semestre acadêmico em países de língua inglesa e espanhola. Para preparar os estudantes para a estadia no exterior, o governo abriu um edital com 25.000 vagas para cursos de inglês, espanhol e, mais tarde, de alemão. O governo de Pernambuco não utilizou, no entanto, as estruturas de ensino de línguas no contraturno escolar já presentes em sua rede, isto é, os 34 Núcleos de Estudos de Línguas (NELs) espalhados pelo Estado (PERNAMBUCO, 2019a) e com professores da própria rede pública ministrando as aulas. Para ofertar essas 25.000 vagas para os cursos de línguas, o governo de Pernambuco contratou via licitação uma empresa de ensino de idiomas para desenvolver o material, contratar os professores e encarregar-se das aulas aos estudantes no contraturno escolar dentro das próprias escolas públicas da rede (PERNAMBUCO, s/d).

No PGM, a participação dos alunos no curso de idiomas é pré-requisito para participar da seleção para o intercâmbio estudantil. A partir dos últimos editais do programa disponíveis para seleção de cursos de inglês, espanhol e alemão - a língua alemã foi introduzida em meados de

2019 - bem como para seleção do intercâmbio (2018/2019), tem-se hoje como principais características do programa: a disponibilidade de 15.000 vagas para os cursos de idiomas - redução de 10.000 vagas em comparação com os demais anos, sendo a maior parte delas para o aprendizado de inglês (PERNAMBUCO, 2019b); distribuição de 450 vagas para o intercâmbio no Canadá, 150 nos Estados Unidos, 50 na Austrália, 50 na Nova Zelândia, 100 na Argentina, 150 no Chile, 25 na Espanha, 20 na Colômbia e 5 na Alemanha, perfazendo um total de 1.000 vagas (PERNAMBUCO, 2018).

Em 2019, o número de estudantes no 1º ano do ensino médio da rede pública estadual de Pernambuco era de 103.869 alunos (QEDU, s/d.b). Sendo assim, depreende-se que o curso de idiomas esteve aberto a 14,4% do universo de estudantes da rede nesse ano e etapa de ensino, enquanto o programa de intercâmbio esteve acessível a apenas 0,96% dos alunos.

Quanto aos objetivos do PGM, eles aparecem explícitos em um documento interno à Secretaria de Educação e Esportes (PERNAMBUCO, s/d) conforme segue:

O programa Ganhe o Mundo Pernambuco tem como objetivos (i) acelerar nos jovens o nível de proficiência na língua adicional, tornando Pernambuco o primeiro estado bilíngue do país; (ii) desenvolver nos jovens competência intercultural através do convívio com outras culturas, costumes e línguas e oferecendo meios para que desenvolvam habilidades, competências e conhecimentos que os diferenciem e (iii) aumentar a empregabilidade desses jovens na medida em que promove a aplicação prática do conhecimento adquirido durante o intercâmbio.

A partir de dados disponíveis no Portal da Transparência do governo de Pernambuco é possível verificar os gastos com os componentes do PGM entre 2012 e 2021. As tabelas que seguem trazem os valores orçados e despendidos entre 2014 e 2021 para o curso de línguas do PGM e entre 2012 e 2021 para os intercâmbios no exterior⁷.

Tabela 3 - Gastos com o componente curso de línguas do PGM entre 2014 e 2021

Ano	Cursos de línguas	
	Orçamento atualizado	Empenhado Liquidado
2014	R\$ 31.004.509,19	R\$ 27.776.009,86
2015	R\$ 19.370.520,80	R\$ 18.129.730,45
2016	R\$ 32.235.531,37	R\$ 14.134.556,60
2017	R\$ 12.793.563,10	R\$ 7.763.419,39
2018	R\$ 18.777.608,78	R\$ 15.330.791,65
2019	R\$ 19.050.298,92	R\$ 16.533.646,59
2020	R\$ 13.971.351,95	R\$ 2.077.096,59
2021	R\$ 14.963.826,09	não disponível

Fonte: Elaborada pela autora com base em PERNAMBUCO (2021).

Entre 2014 e 2021 houve uma alocação média de R\$20,3 milhões por ano para o componente do PGM voltado à oferta de cursos de idiomas, sendo em 2014 o ano com maior alocação de recursos - R\$31 milhões e 2017 o ano com menor alocação - R\$12,7 milhões. Entre o orçamento reservado para esse componente e o que foi, de fato, executado há uma diferença

⁷ Todos os valores em ambas as tabelas foram corrigidos de acordo com o IPCA, sendo o mês de referência junho de 2021. Convencionou-se que o Orçamento corresponde a valores em janeiro de cada respectivo ano, enquanto o Empenhado/Liquidado corresponde a valores em junho de cada respectivo ano.

expressiva em 2016 - foram liquidados R\$18 milhões a menos que o orçamento alocado, uma diferença menor em 2017 - R\$5 milhões a menos foram liquidados e em 2020, onde foram liquidados R\$11,9 milhões a menos. A razão para o reduzido gasto em 2020 foi a COVID-19, que impossibilitou os estudantes de continuarem as aulas de idiomas presenciais e a falta de estrutura para a realização das aulas em formato online.

Tabela 4 - Gastos com o componente intercâmbio do PGM entre 2012 e 2021

Ano	Intercâmbio	
	Orçamento atualizado	Empenhado Liquidado
2012	R\$ 103.696.122,60	R\$ 96.336.934,93
2013	R\$ 57.681.539,81	R\$ 48.521.318,27
2014	R\$ 52.731.654,70	R\$ 50.493.554,51
2015	R\$ 50.489.805,70	R\$ 41.788.394,81
2016	R\$ 45.584.661,52	R\$ 41.648.307,19
2017	R\$ 33.524.718,22	R\$ 31.434.476,83
2018	R\$ 28.650.102,96	R\$ 26.490.525,37
2019	R\$ 43.342.724,50	R\$ 38.532.763,40
2020	R\$ 15.096.521,89	R\$ 3.756.648,54
2021	R\$ 22.086.710,25	não disponível

Fonte: Elaborada pela autora com base em PERNAMBUCO (2021).

Entre 2012 e 2021, houve uma alocação média para o programa de intercâmbio de R\$45,3 milhões por ano. O ano de 2012, que marca o início da mobilidade estudantil do PGM, foi o ano com a maior alocação de recursos - R\$103,7 milhões de orçamento e R\$96,3 milhões liquidados, valores muito superiores aos demais. Em 2017 foram liquidados apenas R\$31,4 milhões e em 2018, R\$26,5 milhões nesse componente do programa. Em 2020, a COVID-19 impossibilitou a viagem dos estudantes e, por isso, o valor liquidado foi de apenas R\$3,8 milhões.

2.3.3 IEMA no Mundo (como integrante do programa Cidadão do Mundo)

Em 2015 - quatro anos após a criação do PGM, foi criado o programa Cidadão do Mundo, no Estado do Maranhão, na região Nordeste do país. Instituído através da lei 10.286 de julho de 2015, o programa Cidadão do Mundo concede bolsas de estudo para intercâmbio estudantil na modalidade curso de idiomas (inglês, francês e espanhol) e estágio internacional - ambos para jovens entre 18 e 29 anos egressos da rede pública de ensino médio (MARANHÃO, 2015).

Além dessas modalidades, há também a menção à modalidade *high school* no exterior, mas não foram encontrados editais de seleção do programa Cidadão do Mundo para esse modelo de intercâmbio. Entretanto, em uma busca no site do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (IEMA) - a quem é atribuída a implementação da modalidade de intercâmbio *high school* pelo programa Cidadão do Mundo, há menção ao programa "IEMA no Mundo". Esse programa de pequeno porte é aberto a estudantes do ensino médio técnico do Instituto e desde 2016 já foram realizadas quatro edições. Até 2020, 29 estudantes puderam cursar um semestre letivo na Alemanha, Argentina, Canadá, Estados Unidos e Dinamarca (MARANHÃO, 2019a). Conforme informações do último edital disponível para seleção dos bolsistas para a Argentina e

o Canadá - de quatro de dezembro de 2019, há duas etapas, sendo que a segunda inclui uma prova oral e escrita do idioma do país escolhido (MARANHÃO, 2019b).

Em 2019, o número de estudantes no 1º ano do ensino médio da rede pública estadual do Maranhão era de 93.756 alunos (QEDU, s/d.c). O número de estudantes contemplados anualmente com o programa de intercâmbio é, assim, inexpressivo frente ao universo de estudantes da rede nesse ano e etapa de ensino, além de estar aberto apenas a estudantes do IEMA.

Os objetivos do programa IEMA no Mundo não estão explicitados nos sites, notícias e editais consultados. Na verdade, há poucas informações disponíveis sobre o programa. Talvez esses objetivos possam ser depreendidos a partir daqueles que constam na lei que instaurou o Cidadão do Mundo (MARANHÃO, 2015, p.2). O artigo 2 versa que:

Constituem objetivos do programa estadual “Cidadão do Mundo”: (i) incentivar a capacitação bilíngue dos jovens maranhenses; (ii) promover a integração e a atualização dos jovens maranhenses em relação a outras realidades culturais; (iii) propiciar o aprendizado de uma segunda língua por meio do acesso ao intercâmbio internacional; (iv) estimular a qualificação da produção científica e tecnológica, bem como, a participação dos jovens maranhenses nas carreiras acadêmicas.

2.3.4 Gira Mundo Estudante

Alguns meses após a criação do Cidadão do Mundo - em dezembro de 2015, o governo do Estado da Paraíba criou o programa de mobilidade internacional Gira Mundo, focado tanto em professores como em estudantes da rede de ensino pública estadual. No primeiro edital para o processo seletivo de alunos, datado de 15 de janeiro de 2016, foram disponibilizadas 50 vagas para estudantes de 14 a 17 anos do segundo ano do ensino médio para participarem do intercâmbio modelo *high school* no Canadá. Inicialmente, 800 estudantes seriam selecionados para cursarem 20 dias de aulas de imersão na língua inglesa, ao fim do qual deveriam prestar um exame de proficiência para o inglês (PARAÍBA, 2016). Participar desse curso preparatório, bem como prestar a prova de proficiência e obter um bom desempenho eram e continuam a ser pré-requisitos para participação no intercâmbio de um semestre letivo com hospedagem na casa de uma família local.

Enquanto em 2016 foram ofertadas 50 vagas para o intercâmbio no Canadá (PARAÍBA, 2016), em 2017 foram acrescidas mais 50 vagas, sendo 50 para o Canadá, 25 para a Espanha e 25 para Portugal (PARAÍBA, 2017). Já em 2018, eram 200 vagas, sendo 100 para o Canadá, 25 para a Argentina, 25 para Portugal e 50 para a Espanha (PARAÍBA, 2018). O último edital disponível é de 2019, no qual são ofertadas 280 vagas, sendo 130 para o Canadá, 40 para a Argentina, 50 para a Espanha, 40 para o Chile e 20 para a Colômbia (PARAÍBA, 2019).

Em 2019, o número de estudantes no 1º ano do ensino médio da rede pública estadual da Paraíba era de 37.239 alunos (QEDU, s/d.d). Sendo assim, depreende-se que o programa de intercâmbio esteve acessível a apenas 0,75% do universo de estudantes da rede nesse ano e etapa de ensino.

No projeto de lei 10.613 que instituiu o Gira Mundo, o único objetivo mencionado para o desenvolvimento do programa de mobilidade é propiciar uma experiência de intercâmbio educacional e cultural. (PARAÍBA, 2015). A partir de uma análise mais detalhada de diferentes documentos oficiais ao programa voltado aos estudantes, Ribeiro (2019) sistematiza em um quadro os objetivos considerados oficiais do Gira Mundo Estudante. São eles: (i) a formação qualificada dos estudantes; (ii) o aperfeiçoamento em outro idioma; (iii) a experiência cultural; (iv) o estabelecimento de relações acadêmicas-culturais; (v) a melhoria de perspectivas nas

carreiras; (vi) o fomento da cooperação internacional; (vii) o desenvolvimento socioeconômico do Estado; e (viii) a melhoria da qualidade do ensino.

2.3.5 Estudar Fora

Em outubro de 2019, o governador do Estado do Ceará, Camilo Santana sancionou a lei 17.008 que institui o programa de intercâmbio Estudar Fora, ofertando duas modalidades de mobilidade estudantil para alunos do ensino médio maiores de 14 anos e da rede pública estadual. Para estudar no exterior, estudantes poderão escolher entre o aprendizado intensivo de línguas com duração de um a dois meses ou o modelo *high school* com duração de três a seis meses (CEARÁ, 2019a), ambos com residência em casa de família do país estrangeiro. Até o momento, não foram abertos editais para a seleção de estudantes ao intercâmbio e por isso, não se sabe ao certo como será o funcionamento do programa, incluindo o número de vagas que serão ofertadas anualmente. Em conversas informais com gestores da Secretaria de Educação do Estado, a expectativa é de envio de até 100 alunos por ano para o intercâmbio.

Em 2018, o governo do Estado também criou centros de idiomas totalmente financiados com recursos públicos - os Centros Cearenses de Idiomas (CCIs), geridos pela própria Secretaria de Educação do Estado. Isso inclui os professores de língua inglesa e espanhola que ministram as aulas nos CCIs, professores atuantes na própria rede de ensino pública estadual e que puderam se candidatar a essas posições através de editais de seleção.

A partir de dados de 2021, atualmente há 13 centros espalhados pelo Estado com a possibilidade de atender até 10.000 estudantes do ensino médio, que podem, ou iniciar no primeiro ano e cursar aulas de inglês, espanhol ou francês pelos três anos dessa etapa de ensino, ou prestar testes de nível para ingressar em cursos mais avançados ao longo do ensino médio (CEARÁ, 2021). Ainda não existem informações que confirmem ou refutem a participação no curso de idiomas dos CCIs como pré-requisito para que estudantes possam ou não participar da seleção para o intercâmbio.

Em 2019, o número de estudantes no 1º ano do ensino médio da rede pública estadual do Ceará era de 98.900 alunos (QEDU, s/d.e). Caso o número de bolsas para o intercâmbio se confirme em 100 e o número de estudantes não apresente uma variação considerável nos próximos anos, o percentual de alunos nesse ano e etapa de ensino que podem ter acesso a essa oportunidade é de 0,10%.

No que tange à finalidade do programa, o projeto de lei que instituiu o Estudar Fora traz apenas o objetivo de fortalecer o domínio prático de uma língua adicional (CEARÁ, 2019a). Somado a isso, Camilo Santana afirma, em uma reportagem sobre a sanção ao projeto de lei no próprio site do governo do estado, que o objetivo do Estudar Fora é o seguinte (CEARÁ, 2019b):

Busca-se desenvolver nos alunos da rede estadual de ensino as competências e as habilidades que fortaleçam o currículo, ampliem as concepções do mundo, potencializem o protagonismo juvenil e que permitam uma prática do conhecimento adquirido, consequentemente aumentando as chances de empregabilidade dos jovens cearenses.

2.3.6 Ganhando o Mundo

A criação de um programa de intercâmbio para estudantes da rede estadual de ensino foi uma promessa de campanha do atual governador do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior (DIONÍSIO *et al*, 2020). Inspirado no PGM, o Ganhando o Mundo foi instituído pela lei 20.009 de novembro de 2019 e já sofreu alterações a partir da lei 20.601 de maio de 2021. Inicialmente,

o programa seria ofertado apenas na modalidade *high school* com a seleção aberta aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental que, por sua vez, participariam do intercâmbio no primeiro ano do Ensino Médio (PARANÁ, 2019a; PARANÁ, 2021).

Em maio de 2021 foram feitas alterações à lei e o Ganhando o Mundo passou a ofertar também outras modalidades de mobilidade estudantil internacional, isto é, o curso de imersão na língua do país de destino, bem como um curso profissionalizante. Não há, no entanto, mais detalhes sobre essas outras modalidades. Entre as diferentes alterações, a que mais chama a atenção refere-se à responsabilidade pela execução do Ganhando o Mundo. Inicialmente, a Secretaria de Educação e Esportes do Paraná (SEED) assumiria todas as despesas do intercambista. A partir de maio de 2021, surgem duas novas categorias de intercâmbio, uma na qual a SEED assume apenas parte das despesas do intercambista, enquanto os pais e/ou responsáveis assumem as demais, e, uma terceira categoria, na qual os pais e/ou responsáveis assumem todas as despesas do intercambista. Aparentemente, será possível compreender qual a categoria de intercâmbio a partir de cada edital de seleção dos estudantes para a mobilidade internacional. Para atender a essas diferentes categorias de intercâmbio, a SEED poderá se articular com a comunidade escolar ou outros integrantes da sociedade e com os pais dos intercambistas para que eles recebam e hospedem estudantes do ensino médio de outros países (PARANÁ, 2021).

O primeiro edital do programa foi lançado em dezembro de 2020 com 100 vagas para a mobilidade estudantil na Nova Zelândia e os custos do intercâmbio assumidos pela SEED. Os estudantes foram selecionados no início de 2021 e devem, ao longo deste ano, frequentar, concluir e serem aprovados em um curso de língua inglesa ofertado de maneira gratuita, em ambiente virtual e formato autoinstrutivo pela SEED. Na verdade, a disponibilização das aulas fica a cargo da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) (PARANÁ, 2020).

Em 2019, o número de estudantes no 9º ano do ensino fundamental da rede pública estadual do Paraná era de 121.836 alunos (QEDU, s/d.f). Considerando as 100 bolsas para o programa de intercâmbio, o percentual de alunos nesse ano e etapa de ensino que podem ter acesso a essa oportunidade é de 0,08%.

Na apresentação do programa no site do governo do Estado do Paraná, são descritos como objetivos para a realização do Ganhando o Mundo (PARANÁ, s/d):

- (i) ampliar o repertório cultural e acadêmico; (ii) permitir a vivência e experiência na realidade de outros países; (iii) consolidar uma rede de jovens líderes que atuarão nas escolas na rede pública estadual de ensino do Paraná e (iv) potencializar o desenvolvimento da autonomia, bem como aperfeiçoar o idioma da língua inglesa.

Adicionalmente, em uma reportagem sobre o programa no próprio site do governo do Paraná, o governador menciona a importância do Ganhando o Mundo para preparar os estudantes para o futuro com vistas a construir um estado cada vez mais moderno. Já o Secretário de Educação e Esportes, Renato Feder, enfatiza a oportunidade de crescimento e amadurecimento pessoal por parte dos estudantes intercambistas, bem como sua contribuição para a formação acadêmica, as quais proporcionarão oportunidades profissionais futuras (PARANÁ, 2019b).

A seguir um quadro resumo com as principais características dos programas de intercâmbio para estudantes do ensino médio financiados pelos governos estaduais brasileiros.

Quadro 1 - Resumo dos programas de intercâmbio para o ensino médio

Programa⁸	Curso de idiomas	Tipos de mobilidade internacional	Vagas x Ano	Países	Informações adicionais
Intercâmbio SEDU (ES)	Sim. Somente alunos de inglês e espanhol dos CEIs podem se candidatar ao intercâmbio.	a) Curso intensivo de língua inglesa e espanhola	a) 125 vagas	a) Canadá, Inglaterra, Estados Unidos e Chile	Decreto 2861-R/2011 Desde 2011 - em vigor
Região Sudeste		b) Ensino médio no exterior (inglês)	b) 25 vagas	b) Canadá	Último edital 2019 Curso de idioma atende 8,4% e intercâmbio 0,37% dos estudantes no 1º ano da rede estadual.
Ganhe o Mundo Pernambuco (PE)	Sim. Somente alunos de inglês, espanhol e alemão participantes do curso de línguas do PGM podem se candidatar ao intercâmbio.	b) Ensino médio no exterior (inglês, espanhol e alemão)	b) 1.000 vagas	b) Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Inglaterra, Espanha, Colômbia, Argentina, Chile e Alemanha	Lei 14.512/2011 Desde 2011 - em vigor Último edital 2019
Região Nordeste					Curso de idioma atende 14,4% e intercâmbio 0,96% dos estudantes no 1º ano da rede estadual.
IEMA no Mundo (MA)	Não é ofertado como pré-requisito nem como preparação para o intercâmbio.	b) Ensino médio no exterior (inglês e espanhol)	b) 7 vagas	b) Argentina e Canadá	Lei 10.286/2015 Desde 2016 - em vigor
Região Nordeste					Último edital 2019
Gira Mundo Estudante (PB)	Sim. Após a seleção ao intercâmbio, os alunos devem obrigatoriamente participar de	b) Ensino médio no exterior (inglês e espanhol)	b) 280 vagas	b) Canadá, Argentina, Espanha, Chile e Colômbia	Lei 10.613/2015 Desde 2016 - em vigor
Região					Último edital 2019

⁸ Como os programas passaram por alterações desde sua criação, utilizou-se o último edital (2019) como referência para a construção desse quadro e com vistas a sistematizar o conhecimento mais atual sobre eles.

Nordeste	um curso de inglês ou espanhol de 20 dias.				O intercâmbio atende 0,75% dos estudantes no 1º ano da rede estadual.
Estudar Fora (CE)	Sim, mas ainda não há informação se o curso nos CCIs	a) Curso intensivo de língua;	100 vagas	Informação ainda não disponível	Lei 17.008/2019
Região Nordeste	é pré-requisito para participar da seleção ao intercâmbio.	b) Ensino médio no exterior			Desde 2019, mas ainda sem edital para seleção de estudantes
					O intercâmbio poderá atender 0,10% dos estudantes no 1º ano da rede estadual.
Ganhando o Mundo (PR)	Sim. Estudantes selecionados para o intercâmbio devem obrigatoriamente participar do curso modelo EaD e autoinstrucional de inglês.	a) Curso intensivo de língua inglesa	b) 100 vagas	Nova Zelândia	Lei 20.009/2019
Região Sul		b) Ensino médio no exterior			Último edital 2019, mas estudantes ainda não embarcaram para o exterior.
		c) Curso profissionalizante			O intercâmbio atende 0,08% dos estudantes do 9º ano da rede estadual.

Fonte: Elaborado pela Autora.

3. Discussão dos resultados

A presente discussão é norteada pelas principais características mapeadas dos programas - seu escopo, seu modelo de funcionamento, sua abrangência e seu custo.

3.1. Escopo

De modo geral, os objetivos que sustentam a criação e contínuo desenvolvimento desses programas são o aprendizado e aperfeiçoamento em línguas adicionais, bem como o contato com a cultura de outros países falantes, em sua maioria, do inglês e do espanhol. Ademais, os programas PGM, Gira Mundo, Estudar Fora e Ganhando o Mundo fazem menção ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos jovens estudantes, que poderão potencialmente colher esses benefícios após sua volta da mobilidade tanto na continuidade de seus estudos como em sua futura carreira. Acredita-se, assim, que o investimento nesses estudantes gerará a longo prazo benefícios sociais e econômicos para esses estados a partir de uma mão-de-obra mais qualificada, fluente em um segundo idioma e com um trânsito e apreço por diferentes culturas.

Os objetivos elencados em cada um desses programas foram extraídos de diferentes documentos oficiais públicos como leis, editais de seleção de estudantes, entre outros, não estando, na maior parte das vezes, explícitos nesses documentos e de fácil acesso. Por esse motivo, buscou-se também complementar essas informações através de falas de representantes dos governos - governadores e secretários de Educação dos diferentes estados veiculadas em notícias na mídia.

O guia prático de avaliação de análise *ex ante* enfatiza a importância da publicação dos objetivos de políticas e seu fácil acesso, isto é, “do objetivo da ação proposta em termos de resultados previstos e de metas esperadas, prevendo as mudanças sociais a serem promovidas na solução de determinado problema” (BRASIL, 2018, p. 73-74). Percebe-se, assim, que esse não foi o caso para os programas de mobilidade estudantil internacional aqui analisados.

Somado a isso, merece uma investigação mais detida o quanto os objetivos delineados para os programas de mobilidade são, de fato, passíveis de serem atingidos e se estão ou não sendo monitorados e avaliados. Enquanto Ribeiro (2019) e Cavalcanti (2017) estruturam a teoria da mudança do Gira Mundo, na Paraíba e do PGM, em Pernambuco, respectivamente, e consideram os objetivos de curto e médio prazo dos programas factíveis de serem atingidos, Gonçalves e Fernandez (2020) identificam a necessidade de dar maior concretude e clareza aos objetivos do PGM, para então possibilitar o desenvolvimento de metas e indicadores para o monitoramento e avaliação desse programa. Termos como “adquirir proficiência”, “fluência”, “competência linguística”, “bilíngue”, “competência intercultural” e “empregabilidade” são abstratos e a partir da literatura existente também de difícil definição, já que não há consenso sobre seu significado, além de haver muitas nuances em suas diferentes acepções. Por esse motivo, as autoras reforçam a importância de evitar termos vagos e de difícil conceituação (GONÇALVES e FERNANDEZ, 2020).

A partir desse desenho mais cuidadoso, deve-se planejar de maneira mais concreta quais dados serão coletados ao longo do programa e em que momentos isso será feito. No caso do PGM, por exemplo, diferentes atores coletam dados em diferentes momentos e formatos. No entanto, não há um sistema unificado online que permita o cruzamento desses dados e sua posterior análise (GONÇALVES e FERNANDEZ, 2020). Nesse sentido, percebe-se que mais estudos são necessários para, por um lado, identificar essas lacunas, e por outro, para propor desenhos de programas mais bem estruturados e que incluam o monitoramento e a avaliação como componentes essenciais, logo de partida.

3.2. Modelo de funcionamento

Com base na documentação e bibliografia disponível, constatou-se que os programas de intercâmbio são, na maioria dos casos, antecedidos por um curso de línguas, que funciona como pré-requisito para participação na seleção da mobilidade estudantil – caso do Intercâmbio SEDU e do PGM - ou, após a seleção, como estágio preparatório para o intercâmbio – caso do Gira Mundo Estudante e Ganhando o Mundo. De qualquer forma, considerando o pouco tempo disponível para o aprendizado da língua adicional antes do intercâmbio, torna-se inviável que estudantes com baixo domínio do idioma tenham tempo hábil para esse aprendizado no estado da Paraíba e do Paraná. No caso do Maranhão, o domínio da língua adicional é pré-requisito para participação na seleção do intercâmbio.

O público-alvo desses programas, ou seja, estudantes entre 14 e 17 anos do primeiro ou segundo ano do ensino médio podem escolher majoritariamente entre a modalidade *high school* no exterior e um curso intensivo de línguas. Enquanto a primeira modalidade tem duração de um semestre letivo, a segunda pode variar entre um a três meses de estudo, sendo que em ambos os casos, os estudantes residem na casa de uma família do país estrangeiro. As línguas mais

ofertadas são o inglês, seguido do espanhol e, portanto, os países para o intercâmbio são países onde residem falantes nativos do inglês e do espanhol.

Uma problematização importante a ser feita e que merece uma investigação mais aprofundada é a visão de internacionalização subjacente a esses programas. Acredita-se que a proficiência linguística só será alcançada a partir do convívio com falantes nativos do idioma e principalmente de países hegemônicos, não sendo possível esse aprendizado no Brasil.

Uma outra problematização é a relacionada ao modelo de funcionamento do curso de idiomas no Espírito Santo e em Pernambuco. De acordo com Gonçalves e Fernandez (2020), as empresas licitadas para a oferta de cursos de idiomas, em grande parte, não contratam professores habilitados em Letras - na língua a ser aprendida pelos estudantes, usando, muitas vezes, apenas a régua do domínio da língua adicional para a contratação. Complementarmente, os professores de idiomas que já atuam na rede de ensino poderiam ser mais bem aproveitados, promovendo a construção de capacidades internas ao ensino de idiomas na rede estadual e o aprimoramento do próprio ensino de línguas nas escolas regulares. Nesse sentido, o Ceará apresenta um modelo interessante a ser acompanhado tendo em vista a análise de quanto os professores dos CCIs contribuem para a sustentabilidade das ações do governo.

3.3. Abrangência

O número de vagas ofertadas por esses programas também varia consideravelmente, podendo ir de 7 ao ano no caso do IEMA no Mundo, do Maranhão até 1.000 vagas no caso do PGM, de Pernambuco. Ao observar, no entanto, a expressividade desses programas de intercâmbio frente ao universo de estudantes do 1º ano do ensino médio aptos a acessarem essas modalidades de mobilidade estudantil, percebe-se que o número de bolsas de estudo ofertadas ainda é muito reduzido. O PGM é o programa com maior cobertura, mas ainda assim, abarca somente 1% do total de estudantes desse ano e etapa de ensino. De qualquer forma, mesmo com um número reduzido de intercambistas por ano, seria interessante verificar potenciais efeitos transformadores na realidade local após a volta desses estudantes ao Brasil. Poder-se-ia também mapear outros programas de intercâmbio no ensino médio financiados por governos estrangeiros para uma análise comparativa e levantamento de boas práticas no desenho, implementação e avaliação desse modelo de programa.

Entre outras questões que devem ser melhor investigadas, está a relacionada ao perfil dos estudantes que acessam esses programas de intercâmbio a fim de verificar se essas oportunidades estão alcançando os alunos menos favorecidos das redes estaduais de ensino. Caso a resposta seja negativa, pode-se sugerir mecanismos que visem a um acesso mais equitativo, principalmente levando-se em consideração o número diminuto de estudantes que participam do intercâmbio anualmente quando comparado ao universo de estudantes nessas redes públicas estaduais.

Importante reforçar que o fato desses programas contemplarem estudantes de escolas públicas não é suficiente para garantir diversidade e equidade de oportunidades. Primeiro, porque a maior parte dos estudantes na educação básica brasileira estudam em escolas públicas – de acordo com o último Censo Escolar disponível, 81% em contraposição a 19% em escolas de ensino privado (BRASIL, 2021), e segundo, porque muitos estudantes podem sair de escolas particulares ao fim do Fundamental II e se matricular em escolas públicas estaduais, exatamente, para acessar os programas de mobilidade estudantil.

Gonçalves e Fernandez (2020) confirmam essa hipótese em sua dissertação de mestrado a partir do relato de futuros intercambistas e egressos do PGM que afirmam terem mudado da escola particular para a pública para poderem se candidatar ao programa de intercâmbio. Além disso, as autoras trazem algumas recomendações iniciais para uma seleção mais justa e equânime, especificamente para o PGM, mas que podem ser aproveitadas também para os demais programas. Além de incluir na ficha de inscrição perguntas sobre o sexo, raça e dados

socioeconômicos dos estudantes candidatos ao programa de intercâmbio, as autoras recomendam, adicionalmente, a inclusão de ações afirmativas - como a política de cotas ou a equiparação de notas. Através da política de cotas, por exemplo, um quantitativo de vagas seria reservado a grupos subrepresentados. Já na equiparação de notas, a nota de corte para participação no programa seria calculada anualmente e baseada no desempenho de cada um dos grupos de raça autodeclarada dos estudantes do 1º ano do ensino médio. Sendo assim, as notas de corte poderiam variar para estudantes brancos, negros, indígenas e amarelos e os estudantes seriam selecionados a partir da média de desempenho do grupo a que se autodeclararam pertencer (GONÇALVES e FERNANDEZ, 2020).

O programa Estudar Fora, do Ceará é, novamente, o único que possui um percentual de vagas reservadas para grupos subrepresentados, no caso, estudantes negros, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e alunos das escolas do campo. No entanto, são apenas 5% das vagas para esse público tão diverso (CEARÁ, 2019a). Para definir, por exemplo, uma meta de representação de estudantes no programa de intercâmbio baseada na raça, é preciso também levar em consideração a representação dessa raça no Estado e que pode ser verificada a partir dos dados do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ou do Censo Demográfico, do IBGE (GONÇALVES e FERNANDEZ, 2020). No caso do estado do Ceará, 35% dos jovens do sexo masculino e 34% das jovens do sexo feminino entre 14 e 17 anos de idade se autodeclararam negros e negras em contraposição a 14% dos jovens do sexo masculino e 15% das jovens do sexo feminino nessa faixa etária e que se autodeclararam brancos e brancas, respectivamente (BRASIL, 2010). Nesse sentido, dever-se-ia almejar uma representação de negros e negras no programa de intercâmbio mais fidedigna à representação mencionada acima e, caso necessário, com a reserva de um percentual maior de vagas para esse grupo de estudantes.

3.4. Custo

Informações sobre o orçamento e valores empenhados e liquidados desses programas de intercâmbio não são fáceis de encontrar ou simplesmente não estão disponíveis para o escrutínio público. Esse é um componente essencial para uma análise robusta dessas políticas educacionais e como prestação de contas para os cidadãos acerca do uso de recursos públicos.

O único programa para o qual encontrou-se essas informações foi o PGM, coletadas no portal de transparência do governo de Pernambuco. A partir disso, pode-se ter uma estimativa do custo médio desses programas por aluno. Considerando-se apenas a fase de intercâmbio, o custo médio por aluno seria em torno de R\$48,5 mil reais para um semestre letivo de estudo no exterior. Somado a isso, caso o estado deseje incluir uma fase anterior ao intercâmbio de preparação linguística dos estudantes, com duração de dois semestres letivos de aulas presenciais e contratação de empresa via licitação, o custo médio estimado dessa iniciativa por aluno nos moldes do PGM seria de R\$1.210,00.

Com esse dado, poder-se-ia, por exemplo, comparar o gasto médio do estado com as aulas de idiomas no ensino regular e fazer uma estimativa para a contratação de novos professores de idiomas que possam atuar na rede estadual e atender essa nova demanda de ensino, principalmente para a língua inglesa, contribuindo com a sustentabilidade desses programas a longo prazo e trazendo benefícios para as redes estaduais.

Considerações finais

Considerada até hoje uma das principais estratégias de internacionalização da Educação, a mobilidade estudantil internacional adquire cada vez mais expressividade no cenário brasileiro.

No ensino superior, esse é um fenômeno amplamente estudado como parte do processo de internacionalização empreendido por governos, instituições e indivíduos. A crescente relevância do intercâmbio, ao longo das últimas décadas, fica evidente a partir do número de estudantes nacionais em mobilidade acadêmica no exterior. Entre 1975 e 2013 houve um crescimento de 19,5% nesse número mundialmente (UNESCO, 2015), enquanto o Brasil foi, entre 2014 e 2018, o país da América Latina com o maior crescimento médio (10%) no número de estudantes nacionais em mobilidade internacional. O CsF foi o programa que contribuiu mais significativamente para essa realidade, sendo até hoje a maior política educacional de fomento ao intercâmbio de estudantes e pesquisadores brasileiros e ajudando a popularizar o intercâmbio, inclusive na educação básica.

Embora menos estudado e debatido que o intercâmbio no ensino superior, a mobilidade estudantil na educação básica segue as mesmas tendências já apresentadas. O mercado privado de intercâmbio cresceu 5,86% de 2018 para 2019 (BELTA, 2020) e a modalidade de mobilidade estudantil *high school* passou a terceira em número de vendas em 2019, atrás apenas do curso de idiomas e do curso de idiomas com trabalho temporário. A busca por essa modalidade de intercâmbio é, no entanto, uma prática, de modo geral, das famílias das camadas médias da população brasileira (PRADO, 2002), pois seus custos são consideráveis e, portanto, inacessíveis a muitos jovens que cursam o ensino médio público brasileiro. A criação de programas de intercâmbio por governos estaduais poderia, nesse sentido, responder à necessidade de democratização desse acesso, mas ainda há poucos estudos e pesquisas que analisam e avaliam os seis programas de mobilidade estudantil mapeados nesse artigo.

Entre as diferentes questões levantadas e que merecem uma investigação mais detida estão (i) os objetivos delineados para esses programas e o quanto eles, de fato, são passíveis de serem atingidos, além de estarem ou não sendo monitorados e avaliados a curto, médio e longo prazo; (ii) a visão de internacionalização subjacente a esses programas, na qual a proficiência linguística na língua adicional é vista como impossível de ser alcançada no Brasil, e portanto, a importância de propiciar aos jovens a imersão em países com falantes nativos do inglês e espanhol; (iii) o modelo de contratação de empresas que ofertam os cursos de idiomas via licitação e sua sustentabilidade, levando-se em conta a contratação de docentes terceirizados, cuja qualificação é medida, muitas vezes, apenas pela régua do domínio da língua e, (iv) os mecanismos para um acesso mais equitativo desses programas, já que eles possuem uma baixa cobertura frente ao total de alunos dessas redes nas referidas etapas de ensino e há poucos dados disponíveis sobre o perfil dos estudantes que acessam essas oportunidades.

Por fim, é importante reforçar que a condução da pesquisa documental e bibliográfica se deparou com a dificuldade em encontrar informações e dados oficiais sobre os programas. Fez-se necessário a busca de diferentes documentos das Secretarias, como projetos de lei, editais e notícias nos sites dos governos estaduais e de outras fontes para traçar esse panorama sobre os programas de intercâmbio. Entre os estudados, o único que dispõe de um site específico e que congrega suas informações oficiais é o programa Ganhando o Mundo, do estado do Paraná. Facilitar o acesso a esses dados e deixá-los transparentes é essencial para que outras pesquisas e estudos possam ser conduzidos.

Referências

AGUIAR, Andréa. Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. *Educação e Pesquisa (USP)*, v. 35, n. 1, p. 67-79, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/fgd6zLQNw9t9fGRzCSgRXKw/?lang=pt>. Acesso em: 22.05.2021.

ALTBACH Philip G.; KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, v.11, n. 3-4, p. 290-305, 2007. Disponível em: <https://asset-pdf.scinapse.io/prod/2161905785/2161905785.pdf>. Acesso em 19.05.2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS. Série exclusiva ANPG - Mapeamento nacional de bolsas da CAPES. Notícias, 16 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/16/07/2020/mapeamento-nacional-de-bolsas-da-capes/>. Acesso em: 22.05.2021.

LIMA, Manolita C.L.; TORINI, Danilo; SILVA, Claudia. Pesquisa de Mercado Selo Belta 2020, 2020.

BRASIL. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018. v. 1. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 29.06.2021.

BRASIL. Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 19.05.2021.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico: Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 04.07.2021.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Tabelas 2018 Características gerais dos domicílios e dos moradores, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=resultados>. Acesso em 22.05.2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020: resumo técnico (recurso eletrônico). Brasília: Inep, p. 70, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 29.08.2021.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em 24.07.2021.

BRASIL. Medida provisória n. 1.021, de 30 de dezembro de 2020. Diário oficial da União, Brasília, DF, 2020. Edição 250, seção 1, p. 1. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.021-de-30-de-dezembro-de-2020-297208167>. Acesso em: 06.07.2021.

BRITO, Carol. João Campos propõe modelo para nacionalizar o Ganhe o Mundo. Folha de Pernambuco, Blog da Folha, 19 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/joao-campos-propoe-modelo-para-nacionalizar-o-ganhe-o-mundo/19744/>. Acesso em: 06.06.2021.

CASTRO, A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, v. 21, p. 69-96, 2012.

CASTRO, Mariangela. Intercâmbio no ensino médio: quanto custa e como planejar para os seus filhos. *Infomoney*, 27 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/consumo/intercambio-no-ensino-medio-quanto-custa-e-como-planejar-para-os-seus-filhos/>. Acesso em: 06.07.2021.

CAVALCANTI, Sérgio. Mobilidade internacional estudantil: Uma avaliação da teoria do Programa Ganhe o Mundo. Congresso Latino Americano de Ciência Política, IX, 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjMxMDkiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiZTRhYjQ4Mzc2OWUyNDQzNGI0MjMzMWY4YjdlODg1MjAiO30%3D>. Acesso em: 19.05.2021.

CEARÁ. Aprovada mensagem que cria programa de intercâmbio internacional para alunos de escolas estaduais. *Educação*, 5 de setembro de 2019b. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/09/05/aprovada-mensagem-que-cria-programa-de-intercambio-internacional-para-alunos-de-escolas-estaduais/>. Acesso em: 06.06.2021.

CEARÁ. Lei n 17.008, de 1 de outubro de 2019. Fortaleza, CE, 2019a. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/6787-lei-n-17-008-01-10-19-d-o-01-10-19>. Acesso em: 04.06.2021.

CEARÁ. Matrículas nos 13 centros cearenses de idiomas começaram nesta quarta-feira (20). *Educação*, 20 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/01/20/matriculas-nos-13-centros-cearenses-de-idiomass-comecam-nesta-quarta-feira-20/>. Acesso em: 06.06.2021.

DE WIT, Hans. Globalisation and Internationalisation of Higher Education. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)*, UOC, v. 8, n. 2, p. 241-248, 2011. Disponível em: <http://rusc.uoc.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v8n2-dewit/v8n2-dewit-eng>. Acesso em: 19.05.2021.

DE WIT, Hans; ALTBACH, Philip G. Internationalisation in higher education: global trends and recommendations for its future, *Policy Reviews in Higher Education*, v.5, n.1, p. 28-46. DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona; HOWARD, Laura; EGRON-POLACK, Eva. The internationalisation of higher education. Brussels: European Parliament, Committee on Culture and Education, 2015.

DIONÍSIO, Bibiana *et al.* Política: as promessas de Ratinho. *G1*, 3 de jan. 2020. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/pr/parana/2019/as-promessas-de-ratinho/#/1-ano>. Acesso em: 06.06.2021.

ESPÍRITO SANTO. Ales Digital Legislação do Estado do Espírito Santo. Decreto regulamentar 2.861 de 30 de setembro de 2011. Disponível em:

<http://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=29614&tipo=9&numero=2861&ano=2011>
Acesso em: 23.05.2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Curso de idiomas, 2021. Disponível em:
<https://sedu.es.gov.br/curso-de-idiomias>. Acesso em: 23.05.2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. Edital SEDU n.12/2018. Regulamenta o processo seletivo de estudantes do ensino médio da rede pública estadual para preenchimento de vagas nos cursos de Língua Estrangeira oferecidos pelos Centros Estaduais de Idiomas - CEI. Vitória: SE. 2018. Disponível em:
<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%2012-2018%20-%20%20PROCESSO%20SELETIVO%20CEI%20atualizado%2021-02.pdf>. Acesso em: 23.05.2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. Edital SEDU n.23/2019. Regulamenta o processo seletivo de estudantes da rede estadual de ensino matriculados nos Centros Estaduais de Idiomas para a participação no Programa Intercâmbio Estudantil SEDU 2019 - CEI. Vitória: SE. 2019. Disponível em:
<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%2023%20-%202019%20-%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20-%20Interc%C3%A2mbio%20SEDU%202019.pdf>. Acesso em: 23.05.2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. Sedu divulga edital do processo seletivo para o Programa de Intercâmbio 2010/2011, 21 de setembro de 2010a. Disponível em:
<https://www.es.gov.br/Noticia/sedu-divulga-edital-do-processo-seletivo-para>. Acesso em: 23.05.2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Esportes e Lazer. Governo do Estado oferece um leque de oportunidades para os jovens capixabas, 18 de junho de 2010b. Disponível em:
<https://sesport.es.gov.br/governo-do-estado-oferece-um-leque-de-oportun>. Acesso em: 23.05.2021.

GONÇALVES, Cíntia T.; FERNANDEZ, Gabriela T. Mobilidade estudantil internacional como política educacional: o Programa Ganhe o Mundo Pernambuco e seus desafios. Tese (Mestrado profissional MPGPP) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, p. 144, 2020. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30160>. Acesso em: 22.05.2021.

GRANJA, Cintia Denise; CARNEIRO, Ana Maria. O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 29, n. 110, p. 183-205, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/n4BNgqb3M9bvBPVqRqPgMCp/?lang=pt>. Acesso em 22.05.2021.

KNIGHT, Jane. Updating the definition of Internationalization. International Higher Education, n. 33, p. 2-3, 2003. Disponível em:
<https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/7391/6588>. Acesso em 22.05.2021.

KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: Trends and Tribulations. *Research in Comparative and International Education*, v. 7, n. 1, p. 20-33, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/rcie.2012.7.1.20>. Acesso em: 19.05.2021.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalisation of higher education: past and future. *International Higher Education*, n.95, p. 2-4, 2018. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/10715/9188>. Acesso em: 19.05.2021.

LEFFA, Vilson J; IRALA, Valesca B. Uma Espiadinha na Sala de Aula. Ensinando línguas adicionais no Brasil, Pelotas, EDUCAT, 2014. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/livro_espiadinha.pdf. Acesso em 06.07.2021.

MANÇOS, Guilherme de Rosso; COELHO, Fernando de Souza. Internacionalização da ciência Brasileira: subsídios para avaliação do programa Ciência sem fronteiras. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI)*, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 52-82, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/37056>. Acesso em: 22.05.2021.

MARANHÃO. Iema. Iema lança edital para 4a edição do Iema no Mundo, 4 de novembro de 2019a. Disponível em: <http://www.iema.ma.gov.br/iema-lanca-edital-para-4a-edicao-do-iema-no-mundo/>. Acesso em: 04.06.2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Edital de processo seletivo no 21 de 04/11/2019. São Luís: SE. 2019b. Disponível em: <http://www.iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Edital-IEMA-no-Mundo-2020.pdf>. Acesso em: 04.06.2021.

MARANHÃO. Lei nº 10.286. Cria o Programa Estadual "Cidadão do Mundo" e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, ano CIX, n. 133, Poder Executivo. São Luís, 21 de julho de 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice; AGUIAR, Andrea Moura de Souza and RAMOS, Viviane Coelho Caldeira. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. *Educação & Sociedade*, v. 29, n.103, p. 355-376, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wRW6c47y9swCqjcw4qh9wDk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22.05.2021.

OCDE. Education at Glance 2020: OCDE Indicators, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/69096873-en.pdf?expires=1621434264&id=id&accname=guest&checksum=FD4C3E16227662A520887DD505ECDA49>. Acesso em: 19.05.2021.

PARAÍBA. Lei nº 10.613. Institui o Programa de Intercâmbio Internacional - GIRA MUNDO. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, n. 16.013, Poder Executivo. João Pessoa, 24 de dezembro de 2015.

PARAIBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. Edital No 005/2019. João Pessoa: SE. 2019.

PARAÍBA. Secretaria de Educação. Edital nº 002/2018. João Pessoa: SE. 2018.

PARAÍBA. Secretaria de Educação. Portaria SEE nº 008, de 15 de janeiro de 2016. João Pessoa: SE. 2016.

PARAÍBA. Secretaria de Educação. Programa Gira Mundo. Retificação do edital nº 003/2017. João Pessoa: SE. 2017.

PARANÁ. Governo levará alunos de escolas públicas a intercâmbio internacional. Educação, 21 de novembro de 2019b. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104730&tit=Governo-levara-alunos-de-escolas-publicas-a-intercambio-internacional>. Acesso em: 06.06.2021.

PARANÁ. Lei 20.009, de 13 de novembro de 2019. Diário Oficial do Estado do Paraná, ano CVI, edição digital 10564, Poder Executivo. Curitiba, 13 de novembro de 2019. 2019a. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=229024&indice=1&totalRegistros=1&dt=15.0.2020.8.45.0.474>. Acesso em: 06.06.2021.

PARANÁ. Lei 20.601, de 31 de maio de 2021. Diário Oficial do Estado do Paraná, ano CIX, edição digital 10947, Poder Executivo. Curitiba, 1 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=248889&indice=1&totalRegistros=1&dt=11.5.2021.13.22.3.525>. Acesso em: 06.06.2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Edital N. 68/2020. Curitiba: SEED. 2020. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-12/edital_682020_gsseed_ganhandomundo.pdf. Acesso em: 06.06.2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Programa Ganhando o Mundo. Apresentação - Mais informações. s/d. Disponível em: http://www.ganhandomundo.pr.gov.br/apresentacao_mais_informacoes. Acesso em: 06.06.2021.

PERNAMBUCO. Edital de cursos. Secretaria de Educação e Esportes. Recife: SE. 2019b.

PERNAMBUCO. Edital. Secretaria de Educação e Esportes. Recife: SE. 2018.

PERNAMBUCO. Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011. Cria o Projeto GANHE O MUNDO. Diário Oficial do Estado de Pernambuco: seção 1, Recife, PE, p. 17, 2011. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4108&tipo=TEXTTOATUALIZADO>. Acesso em 04.06.2021.

PERNAMBUCO. Núcleo de estudos de línguas - NEL. 2019a. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17829/NEL%202019_1%20%20IMPRENSA%20\(1\)%20\(1\).pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17829/NEL%202019_1%20%20IMPRENSA%20(1)%20(1).pdf). Acesso em 04.06.2021.

PERNAMBUCO. Portal da Transparência de Pernambuco: banco de dados. 2021. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/planejamento-orcamento/despesas-programatica/>. Acesso em: 06.03.2021

PERNAMBUCO. Programa Ganhe o Mundo. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco, s/d.

PRADO, Ceres Leite. “Intercâmbios culturais” como práticas educativas em famílias das camadas médias. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 350. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IOMS-5KENPA/1/2000000044.pdf>. Acesso em: 22.05.2021.

QEDU. Ceará, s/d.e. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/106-ceara/censo-escolar?year=2019&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em 22.08.2021.

QEDU. Espírito Santo, s/d.a. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/108-espirito-santo/censo-escolar?year=2019&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em 22.08.2021.

QEDU. Maranhão, s/d.c. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/110-maranhao/censo-escolar?year=2019&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em 22.08.2021.

QEDU. Paraíba, s/d.d. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/115-paraiba/censo-escolar?year=2019&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em 22.08.2021.

QEDU. Paraná, s/d.f. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/116-parana/censo-escolar?year=2019&localization=0&dependence=0&education_stage=0&item=matriculas-no-ensino-fundamental. Acesso em 22.08.2021.

QEDU. Pernambuco, s/d.b. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/117-pernambuco/censo-escolar?year=2019&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em 22.08.2021

RIBEIRO, Michael Steffones da Silva. Intercâmbio estudantil no ensino médio da rede pública: uma avaliação do programa Gira Mundo. Tese (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 123. 2019. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/pgpci/contents/dissertacoes-1/MichaelSteffonesdaSilvaRibeiro..pdf>. Acesso em: 04.06.2021.

SEMESP. Mapa do Ensino Superior, ed. 10, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>. Acesso em 28.06.2021.

SUJIMOTO, Luiz. Ciência sem Fronteiras é ‘case’ mundial de sucesso, diz Capes. Unicamp, 8 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2012/05/08/ci%C3%Aancia-sem-fronteiras-%C3%A9-case-mundial-de-sucesso-diz-capes>. Acesso em 22.05.2021.

UNESCO. Institute of Statistics. Global flow of tertiary-level students, 2018. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>. Acesso em: 19.05.2021.

UNESCO. Long-term growth of tertiary-level international students worldwide 1975-2013. Science report, 2015. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/1-4_growth_international_students.pdf. Acesso em: 06.07.2021.

UNESCO. Institute of Statistics. Total outbound internationally mobile tertiary students studying abroad, all. Dataset: National monitoring, 2021. Dados extraídos em: 21.05.2021.